

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL)

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ

Pregão Nº/21

Processo administrativo nº

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade **DDG** (discagem direta gratuita), utilizando o número **0800 644 5001**, no sistema de tarifação reversa, com transmissão de ligações telefônicas locais e de longa distância no âmbito nacional, originadas de terminais telefônicos fixos e móveis destinados à central de atendimento da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, localizada na SEP 514, edifício ANTAQ, Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70-760.545. O 0800 644 5001 ou número de 03 (três) dígitos será gerado por um número associado ao entroncamento digital da Central Telefônica da ANTAQ.

2. DA DIVISÃO DO OBJETO POR LOTE

- 2.1. Os lances no certame deverão ser oferecidos por lote único, porém as propostas deverão possuir os valores de cada item, conforme planilhas apresentadas no ANEXO I.
 - 2.1.1. O objeto da contratação é disposto por itens organizados em LOTE ÚNICO para cotação e pesquisa de preços. Além disso, tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado adequado para recebimento de chamadas franqueadas ao público em geral realizadas na modalidade DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do código de acesso nº 0800 644 5001, oriundas de terminais fixos e móveis e encaminhamento à Central de Atendimento da ANTAQ, além de outras utilidades e comodidades, conforme especificações e condições constantes neste Termo de referência.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A ANTAQ, por ser uma agência reguladora, precisa disponibilizar diversos canais de comunicação aos usuários dos serviços por ela regulados. Além de prezar pelo princípio constitucional da eficiência, um serviço telefônico comutado na modalidade discagem direta gratuita busca atender ao disposto no Decreto nº 6.523/2008. Com tal serviço, esta Agência possibilitará comunicação por meio telefônico sem ônus para os usuários, o que é imprescindível para o cumprimento das atividades desta autarquia e para que os cidadãos possam ter acesso de maneira democrática, eficiente e rápida aos serviços prestados.
- 3.2. Com as exigências cada vez maiores da sociedade, as do Decreto citado, e as do Acórdão 2799/2010 – Plenário do Tribunal de Contas da União, o serviço atualmente prestado não atende mais de maneira satisfatória. Por isso, faz-se necessária uma nova contratação para atender às exigências legais e especialmente da Corte de Contas.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. O Serviço de Telefonia Fixo-Comutado/STFC caracteriza-se como serviço comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado, de acordo com o Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Além disso, o serviço é de

execução contínua, conforme inciso II, art.57, da Lei 8.666/93, caracterizando-se como serviço essencial e imprescindível para consecução das atividades finalísticas e administrativas desta Agência.

- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços constantes no objeto do contrato serão prestados Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, localizada na SEPN 514, edifício ANTAQ, Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70-760.545.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Para a prestação do serviço deverá ser disponibilizada prestação de serviço DDG com os caracteres numéricos 0800 644 5001;
- 6.2. Para prestação do serviço deverá ocorrer à portabilidade do nº 0800 644 5001;
- 6.3. A prestadora do serviço deverá redirecionar as chamadas destinadas ao número 0800 644 5001 para um número de propriedade da ANTAQ;
- 6.4. As chamadas telefônicas serão direcionadas à Ouvidoria da ANTAQ, hoje localizada na SEPN Quadra 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ - CEP 70.760-545, Brasília/DF.
- 6.5. A licitante vencedora terá prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do Contrato, para obter junto a Anatel, o plano de serviços ofertado à ANTAQ, devidamente homologado.
- 6.6. A licitante vencedora deverá prestar o serviço, objeto deste Termo de Referência, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do Contrato, exceto nas interrupções programadas.
- 6.7. As interrupções programadas ocorrerão nos dias, horários e períodos definidos e previamente autorizados pela ANTAQ.
- 6.8. A licitante vencedora deverá assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas, parcial ou totalmente, a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

7. DAS FACILIDADES DOS SERVIÇOS

- 7.1. A rede inteligente da licitante vencedora deverá possuir as seguintes características e facilidades básicas para o STFC - 0800, que poderão ser solicitadas pela ANTAQ a qualquer momento durante a vigência contratual:
- 7.2. Disponibilização de mensagem gravada padronizada, nos casos de interrupção programada prevista no item 6.7 destas especificações técnicas.
- 7.3. Restrição de acesso: possibilidade de a ANTAQ solicitar à licitante vencedora restrição de acesso de chamadas.

- 7.4. Restrição de área de abrangência: possibilidade de a ANTAQ solicitar à licitante vencedora restrição de acesso, ao local de atendimento, de chamadas originadas em áreas geográficas, que não são de seu interesse, no território nacional.
- 7.5. Envio do número do assinante chamador que, com um aparelho identificador de chamadas, permita à ANTAQ identificar o número chamador antes do atendimento da chamada.
- 7.6. Utilizando o sistema URA (Unidade de acesso remoto) ou ELR (Estágio de Linha Remoto ou Estágio remoto de assinante), sem a necessidade de aquisição de central de PABX ou similar, com as seguintes facilidades:
- 7.6.1. DDR – Discagem direta ao ramal
 - 7.6.2. Caixa postal (recado na secretária eletrônica)

8. DEFINIÇÕES

- 8.1. **Área de cobertura** – (NGT 20/96 e Norma 21/96) área geográfica em que uma estação móvel pode ser atendida pelo equipamento rádio de uma estação rádio-base. 2. (Normas 11 e 15/97) área geográfica em que um receptor de radio-chamada pode ser atendido por uma estação de base.
- 8.2. **Código de acesso** – conjunto de caracteres numéricos ou alfanuméricos, estabelecido em plano de numeração, que permite a identificação de assinante, de terminal de uso público ou de serviço a ele vinculado.
- 8.3. **Congestionamento** – estado de um sistema caracterizado pela ocupação de todos os meios de ligação.
- 8.4. **Disponibilidade** – capacidade de um elemento ou de toda a rede de estar em condições de realizar uma determinada função em um dado instante, ou em todo instante, em um dado intervalo de tempo. Proporção de tempo em que um elemento, rede ou sistema está operacional.
- 8.5. **Plano de serviço – 1.** (Norma 20/96, Norma 23/96, redes móveis) conjunto articulado e estruturado de regras que define os critérios e respectivas condições de aplicação e fixa os valores para a prestação do serviço pela concessionária de SMC. 2. (Resolução 85/98, tpc) documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização e serviços eventuais e suplementares a ele inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de sua aplicação.
- 8.6. **Preposto** – indivíduo que dirige um serviço, um negócio, por delegação de pessoa competente.
- 8.7. **Serviço telefônico fixo comutado (STFC)** – é o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.
- 8.8. **Tarifação** – é o processamento dos dados fornecidos pela bilhetagem, quando houver o valor monetário de chamada.
- 8.9. **Tráfego telefônico** – ocorrência de chamadas, caracterizadas pela ocupação de um ou mais órgãos. O tráfego pode receber as seguintes denominações: - quanto à direção: tráfego de entrada ou de saída; - quanto ao fluxo: tráfego oferecido, escoado ou perdido; - quanto às áreas envolvidas: tráfego local, interurbano ou internacional; - quanto à procedência ou destino: tráfego originado, terminado ou de trânsito.
- 8.10. **Usuário de serviço** – indivíduo que faz uso de um serviço de telecomunicações bem como de suas facilidades através de acesso a rede de telecomunicações.

9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

9.1.1. A qualidade do serviço será avaliada pela aferição do cumprimento dos níveis de serviço, critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, como: qualidade, desempenho e disponibilidade;

9.1.2. A fiscalização Contratual executará a avaliação da qualidade da prestação do serviço pela CONTRATADA com base no Acordo de Nível de Serviço (ANS) definido a seguir:

9.1.2.1. O indicador será a “Nota Menção de Avaliação” (NMA);

9.1.2.2. A finalidade do indicador será a de permitir que a fiscalização Contratual afira objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA;

9.1.2.3. A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota Mensal maior ou igual a 9,8.

9.1.3. Todas as ocorrências serão registradas pelo Fiscal do Contrato, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos, de acordo com a seguinte Tabela de Ocorrência:

TABELA DE OCORRÊNCIA	Pontuação Perdida
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências.	0,2
Cobrança por serviços não prestados.	0,2
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,2
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,2
Atraso na ativação dos serviços, na entrega de equipamentos, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso.	0,2
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, para cada 24 horas de atraso.	0,2
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa neste documento não especificada nesta tabela.	0,2
Não cumprimento dos prazos estipulados neste termo (para cada dia ou fração)	0,2
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE.	0,5
Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade mensal mínima em 98% (noventa e oito por cento) do contratado.	0,3
Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 8 (oito) horas.	0,3
Deixar de efetuar testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço, quando solicitado.	0,2

Deixar de comunicar ao Fiscal do Contrato, com antecedência mínima de 3 dias úteis, interrupções programadas dos serviços. Somente serão realizadas com a concordância do Fiscal.	0,1
---	-----

9.1.4. O procedimento de fiscalização da qualidade do serviço prevê que, uma vez verificada a incidência da Contratada nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências”, deverão ser descontados da NMA os pontos correspondentes;

9.1.5. A apuração dar-se-á com periodicidade mensal, após o encerramento de cada mês;

9.1.6. O mecanismo de cálculo da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula:

9.1.6.1.
$$NMA = 10 - \text{pontos perdidos}$$

9.1.7. Os níveis de serviço passam a vigorar a partir da assinatura do contrato decorrente desta proposição.

9.1.8. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,8 e maior ou igual a 9,5 a Contratada receberá uma simples notificação;

9.1.9. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,5 e maior ou igual a 9,3 sofrerá glosa de 2% no valor do pagamento devido para o período;

9.1.10. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor de 9,3 e maior ou igual a 9,0 sofrerá glosa de 5% no valor do pagamento devido para o período;

9.1.11. Qualquer nota abaixo de 9,0 sofrerá glosa no pagamento de 10% (dez por cento) do valor devido para o período, estando ainda sujeito às sanções cabíveis.

10. DA VISTORIA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria facultativa nas instalações do local de execução de serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 8 horas às 18 horas, devendo o agendamento nas cidades ser efetuado previamente por meio dos contatos a seguir: (61) 2029- 6576 – e demais ramais existentes da Ouvidoria/ANTAQ.

10.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Permitir acesso dos funcionários da Licitante Vencedora, desde que devidamente identificados, às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto contratado, quando necessário.

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelos funcionários da Licitante Vencedora.

11.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço de forma a assegurar-se da boa prestação e desempenho dos serviços.

11.4. Controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências havidas.

- 11.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela prestadora, inclusive quanto à continuidade da prestação do serviço que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela ANTAQ, não devem ser interrompidos.
- 11.6. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas.
- 11.7. Emitir, por intermédio do Fiscal do Contrato, pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas na licitação e à proposta de aplicação de sanções.
- 11.8. Disponibilizar as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.
- 11.9. Efetuar o pagamento devido à Contratada nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.9.1. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos deverão ser informados à empresa Contratada e a Nota Fiscal de serviços será paga após a retificação.
- 11.9.2. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal de Serviços, os fatos serão informados à empresa Contratada para que seja feita devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança ou glosado pela contratante na próxima fatura.
- 11.10. O pagamento dependerá da real utilização dos serviços, podendo haver variação entre as quantidades efetivamente utilizadas e as quantidades estimadas, constantes deste documento.
- 11.11. Designar servidor (es) para executar a fiscalização contratual e acompanhar e fiscalizar o andamento do serviço por intermédio do(s) mesmo(s), bem como dos demais órgãos competentes.
- 11.12. A indicação do fiscal será formalizada pela Gerência de Licitações e Contratos – GLC de acordo com os ditames do Inciso X do Art. 69 do Regimento Interno da ANTAQ;
- 11.13. A gestão do contrato será efetuada pela Gerência de Licitações e Contratos – GLC de acordo com o Inciso VII do Art. 69 do Regimento Interno da ANTAQ.
- 11.14. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança no trato do serviço, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.
- 11.15. Rejeitar no todo ou em parte o serviço ou fornecimento executado em desacordo com este contrato.
- 11.16. Verificar, durante a vigência do Contrato, a manutenção da compatibilidade entre as obrigações assumidas e todas as condições e qualificações exigidas para a prestação do serviço objeto deste Contrato.
- 11.17. Comunicar formal, circunstanciada e tempestivamente à Operadora, qualquer anormalidade havida durante a execução do Contrato.
- 11.18. Proceder consulta ao CADIN antes de celebrar o Contrato e ao SICAF antes de efetuar o pagamento devido.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Caberá à Contratada cumprir a Lei n.º 9.472/97, que dispõe sobre a organização do serviço de Telecomunicações, o Contrato assinado com a ANTAQ, e demais disposições legais e regulamentares vigentes, de âmbito federal, inclusive quanto aos preços praticados, ficando ainda responsável por:

- 12.1.1. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da Anatel, inclusive quanto às tarifas/preços praticados.
- 12.1.2. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e corrigir problemas, falhas ou interrupções em até 8 (duas) horas, contadas a partir da notificação pela ANTAQ.
- 12.1.3. Prestar os serviços sempre dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 12.1.4. Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.
- 12.1.5. Disponibilizar, de imediato, área de cobertura e prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.
- 12.1.6. Disponibilizar serviço de suporte e manutenção 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, devendo fornecer 1 (um) técnico, sempre que necessário, 1 (uma) hora após a solicitação da Contratada.
- 12.1.7. Implantar adequadamente, de maneira remota ou presencial, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.
- 12.1.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços. A fiscalização ou o acompanhamento pela ANTAQ não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade.
- 12.1.9. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços.
- 12.1.10. Indicar Preposto para atuar em nome da Contratada junto à ANTAQ, o qual participará, sempre que solicitado, de reuniões de acompanhamento dos serviços prestados.
- 12.1.11. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e atender de imediato às solicitações da ANTAQ, corrigindo, no prazo máximo de 08 (oito) horas, após ser notificado, qualquer tipo de ocorrência que cause a interrupção total na prestação dos serviços ou degradação na qualidade da comunicação que impeça sua utilização.
- 12.1.12. Encaminhar à ANTAQ o Relatório de Falhas, sempre que ocorrer quaisquer falhas na prestação dos serviços, contendo, no mínimo, as seguintes informações: hora de abertura do chamado, hora da solução do problema, descrição da ocorrência, causas e procedimentos adotados para a solução do problema.
- 12.1.13. Comunicar à ANTAQ, por escrito e com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a realização de manutenções programadas que possam afetar a prestação dos serviços na Área de Prestação da Contratada.
- 12.1.14. Repassar à ANTAQ, durante a vigência do Contrato, todas as vantagens e descontos nos preços por ela oferecidos no mercado para o plano de serviços utilizado como referência em sua proposta, inclusive os de horário reduzido, sempre que esses forem mais vantajosos do que os constantes no instrumento contratual, desde que esses não acarretem desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato.

- 12.1.15. Garantir sigilo e inviolabilidade das comunicações realizadas através do serviço desta contratação.
- 12.1.16. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da ANTAQ.
- 12.1.17. Atender prontamente quaisquer exigências do Fiscal do Contrato, inerentes a essa especificação.
- 12.1.18. Comunicar à ANTAQ, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 12.1.19. Aceitar acréscimo ou supressão, no interesse da administração, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nas mesmas bases dos serviços e preços ajustados, conforme o disposto no § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93, durante a vigência contratual.
- 12.1.19.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo a supressão resultante de acordo celebrado entre as partes.
- 12.1.20. Assumir todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados, previstos em legislação específica e vigente, obrigando-se a saldá-los em época própria, bem como responder por possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao objeto deste Termo de Referência.
- 12.1.21. Responsabilizar-se, também, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.
- 12.1.22. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da ANTAQ.
- 12.1.23. Encaminhar, mensalmente, em formato digital, Relatório de Desempenho do Serviço, em formato inteligível, definido conforme orientação da agência, inclusive constando de tabelas, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- 12.1.23.1. Relatório de Chamadas contendo total de chamadas oferecidas, chamadas completadas, linha ocupada, não responde, e chamadas não completadas por congestionamento.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização deste contrato será de responsabilidade do(s) Agente (s) Fiscalizador (es), designado(s) por Ordem de Serviço, anexa ao processo, cabendo a este(s) anotar(em) no formulário de registro de ocorrências verificadas durante a execução do contrato, gerando Relatório de Execução Contratual (conformidade dos serviços prestados de acordo com os termos contratuais), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, com fundamento no inciso III, do art.5º, da Portaria nº 696/2007 e alterações posteriores, c/c &1º, art.66, da Lei 8.666/93.

15.1.1. O Registro de Ocorrências/Relatório de Execução Contratual, relativo ao período cujo pagamento esteja sendo realizado, deverá ser impresso pelo(s) Agente(s) Fiscalizador(es) e acompanhar o documento de cobrança, visando dar suporte a decisão do Fiscal no momento do atesto da despesa.

15.1.2. O atesto do documento de cobrança será feito pelo Fiscal do contrato, diante da verificação da conformidade da prestação de serviços, no período de medição, registrada por meio de Ocorrências/Relatório de execução contratual, indicando em seu verso eventual glosa a ser aplicada.

15.1.3. A qualquer tempo, enquanto o contrato estiver vigente, servidores da ANTAQ poderão inspecionar os serviços finalizados, o que poderá resultar, dependendo do caso, em penalização da Contratada ou a estipulação de prazo para sanar possíveis impropriedades identificadas, conforme especificado neste documento.

15.1.4. Mecanismos Formais de Comunicação: as reuniões, quando necessárias, serão registradas por meio de Ata. A cada evento relevante o Fiscal do Contrato notificará a Contratada por meio de Ofício.

15.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A Contratada se sujeitará as penalidades abaixo, conforme previsto nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANTAQ, por prazo não superior a 2(dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

- 16.2.1. As sanções previstas nos subitens 17.2.a, 17.2.c e 17.2.d poderão ser aplicadas juntamente com a da letra 18.2.b, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 16.2.2. A sanção estabelecida no subitem 17.2.d é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10(dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 16.2.3. As sanções previstas nos itens 17.2.c e 17.2.d poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/93:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.3. O contrato poderá ser rescindido na forma e situações previstas nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.
- 16.4. A aplicação de multas, glosas ou sanção administrativa não reduz a obrigação da contratada de ressarcir integralmente eventuais danos causados à Administração.
- 16.5. Em acordo ao estabelecido no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal do Contrato anotará em registro próprio e comunicará à CONTRATADA todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 16.6. Não sendo regularizada a prestação do serviço pela CONTRATADA, o Agente Fiscalizador deverá adotar os procedimentos propostos pela avaliação da execução do serviço constante do item 10.
- 16.7. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.
- 16.8. A ANTAQ notificará a CONTRATADA por descumprimento de cláusulas contratuais.
- 16.9. Será considerado para aplicação de sanções à Contratada o NMA descrito nos itens 10.1.7 a 10.1.11, conforme os seguintes critérios:
- 16.9.1. Quando $7 \leq \text{NMA} \leq 9$ e:
 - 16.9.1.1. A empresa não acumular não acumular duas advertências ou multas seguidas nem três advertências ou multas: Multa de 5%.
 - 16.9.1.2. A empresa acumular duas advertências seguidas ou três advertências: Multa de 10%.
 - 16.9.1.3. A empresa acumular duas multas de 5% seguidas ou três multas de 5%: Multa de 10%.
 - 16.9.1.4. A empresa acumular duas multas de 10% seguidas ou três multas de 10%: Rescisão.
 - 16.9.2. Quando $\text{NMA} < 7,0$ e:
 - 16.9.2.1. A empresa não acumular duas multas seguidas nem três multas no período dos últimos 12 meses: Multa de 10%.
 - 16.9.2.2. A empresa acumular duas multas seguidas ou três multas no período dos últimos 12 meses: Rescisão.

17. PAGAMENTOS À CONTRATADA

- 17.1. O pagamento de serviços será realizado mensalmente. Os valores cobrados deverão ser os especificados na Nota Fiscal.
- 17.2. Emissão das respectivas Notas Fiscais de serviço prestados, incluindo o valor total do serviço, impostos e descontos, conforme preços contratados neste processo licitatório, endereçados à Sede da ANTAQ.
- 17.3. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter informações necessárias à conferência dos serviços prestados, devendo conter informações necessárias à conferência dos serviços prestados, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados.
- 17.4. No documento de cobrança deverão ser destacadas, conforme legislação pertinente, as retenções tributárias.
- 17.5. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento do documento de cobrança, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA para que seja feito o acerto no faturamento do mês subsequente, ou, no caso do contrato já encerrado, o imediato reembolso do valor.
- 17.6. De forma complementar, deverá ser apresentada, mensalmente, fatura detalhada em mídia eletrônica e via sítio da CONTRATADA, contendo demonstrativo das despesas com a utilização do serviço relativamente a cada Nota Fiscal de Serviço encaminhada às regionais da ANTAQ.
- 17.7. A cada ciclo de pagamento será consultado o Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), com o objetivo de comprovar regularidade do fornecedor, a ser mantida durante toda a execução do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas em caso de irregularidade.
- 17.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, ao valor devido acrescentar-se-á a atualização financeira. Sua apuração far-se-á da data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento.
- 17.9. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços realizados, se em desacordo com a especificação técnica ou a proposta de preços da CONTRATADA.

18. REAJUSTE DE PREÇOS DA CONTRATADA

- 18.1. Os preços poderão ser reajustados pela variação IST, Índice de Serviço de Telecomunicações, estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que atua na regulação do setor de telecomunicações, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data da formulação da proposta, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19. HABILITAÇÃO DO PROPONENTE

- 19.1. Na fase da aceitação da proposta, a empresa licitante com a melhor proposta deverá possuir concessão ou autorização para prestação dos serviços constantes do objeto desta contratação, emitido pelo órgão regulador competente. A empresa licitante vencedora deverá cumprir todos os procedimentos regulatórios vigentes à época da assinatura do contrato.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 20.1. Considerando o objeto desta contratação e analisando conteúdo do Guia Prático de Licitações Sustentáveis da AGU (3ª edição), em especial o item “CONTEÚDO DO GUIA PRÁTICO”, que relaciona os materiais e produtos para os quais se deveriam observar critérios de sustentabilidade, não evidenciaram aderência desta contratação e a relação apresentada, razão pela qual entendemos não ser aplicável neste caso.

Tendo em vista, que não há previsão de impacto ambiental, pois a atividade propiciada pela prestação de serviço solicitada é considerada não poluente e não causa modificação de impacto prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social local.

21. VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos diversos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes.

Brasília, de de

Maria Lúcia Rodrigues Lima Teles

Ouvidora Substituta

ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

LOTE ÚNICO

ITEM 1. ASSINATURAS

TIPO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
ASSINATURA MENSAL DE 1 (UM) FEIXE E1	1		
FACILIDADES	-		
TOTAL MENSAL			

ITEM 2. TRÁFEGO LOCAL

TIPO	VALOR MINUTO (R\$)	QUANTITATIVO DE MINUTOS (MENSAL)	VALOR MENSAL (R\$)
ORIGEM FIXO - 0800 (LOCAL)		60	
ORIGEM MÓVEL - 0800 (LOCAL)		90	
TOTAL MENSAL			

ITEM 3. TRÁFEGO INTERESTADUAL

TIPO	VALOR MINUTO (R\$)	QUANTITATIVO DE MINUTOS (MENSAL)	VALOR MENSAL (R\$)
ORIGEM FIXO - 0800 (INTERESTADUAL)		150	
ORIGEM MÓVEL - 0800 (INTERESTADUAL)		450	
TOTAL MENSAL			

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

PERÍODO	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
MENSAL	
ANUAL	